

Como se negociam as alianças

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Covas acabou saindo como um grande vencedor deste primeiro turno eleitoral, porque conseguiu consolidar seu partido (fundado há pouco mais de um ano) com cerca de 50% dos votos dos maiores centros urbanos.

Na condição de partido da classe média urbana, com um perfil de centro-esquerda e líderes dispostos a negociar, o PSDB tornou-se um atraente aliado. O problema é que está dividido.

Calheiros, do PRN, evita contar, por exemplo, com quem e como se estão desenvolvendo as gestões. "Já cometemos erros graves no primeiro turno ao revelarmos algumas negociações que, por virem a público, acabaram não se concretizando", diz, referindo-se a dois potenciais aliados que Collor desejou ter, tentou e perdeu — o governador do Ceará, Tasso Jereissati, hoje no PSDB, e o deputado César Maia, do PDT.

Sabe-se, porém, que contatos ocorreram, por exemplo, com o senador Fernando Henrique Cardoso, o deputado José Serra e Ronaldo Cézar Coelho.

Em reunião do PSDB ontem, em São Paulo, no entanto, ficou clara a tentativa de veto do prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, a uma aliança com Collor. O senador Mário Covas também tenta bloquear essa alternativa para seu partido.

Eles estão, simultaneamente, conversando com o PDT de Brizola e o PT de Lula, na expectativa de uma definição da segunda vaga. Ambos, a princípio, consideram melhor aliar-se a Lula — posição que já teria sido transmitida aos negociadores do PT, os deputados Luiz Gushiken e Plínio de Arruda Sampaio.

A ofensiva de Collor sobre as facções de esquerda tem um objetivo explícito: "O que nos importa, agora, é não permitir a radicalização, a polarização ideológica, no segundo turno; o Collor é um socialdemocrata", diz Calheiros.

As bases, também, são muito claras, segundo ele. "Não negociamos cargos, não faremos loteamento do governo. Será sobre um programa socialdemocrata. A insuficiência do PRN, um partido novo, é de quadros e, isso sim, nós podemos transformar em instrumento de força eleitoral neste final de eleição", acrescenta Calheiros.

A orientação de Collor — que se recolheu em sua residência em Brasília para esperar a definição da apuração dos votos — "é de rejeitar frontal e publicamente apoios dados por pessoas da direita e por ministros do governo Sarney", afirma.

"Quem fizer como fizeram, por exemplo, o Delfim Netto e o Newton Cardoso, que apareceram dando apoio, será publicamente rejeitado", complementa Calheiros.

Com dois candidatos finalistas atirando-se sobre as facções de centro e de centro-esquerda é muito provável que o País assista, até meados da próxima semana, a uma das mais acirradas disputas por alianças políticas.

O problema é que os partidos, como blocos políticos, tendem a ficar à margem, internamente divididos.

O PMDB, por exemplo, é a melhor expressão disso. Com 5% do total de votos apurados, por enquanto, esse partido tem um con-

junto de governadores estaduais que estão, no momento, buscando de forma quase desesperada composições que viabilizem sua sobrevivência até o final do próximo ano, época de eleições estaduais e congressuais.

Sucessivas reuniões estão sendo feitas em Brasília, desde a madrugada de ontem, sempre sob o comando do deputado Ulysses Guimarães. É grave a crise do PMDB: invariavelmente, esses encontros têm-se iniciado com uma questão crucial — o partido ainda existe de fato e em que condições?

A alternativa do apoio a Collor é, sempre, o segundo ponto na agenda das conversas dos líderes do PMDB. O deputado Ulysses Guimarães, que acaba de amargar a mais grave derrota em seus 40 anos de vida pública, tomou uma decisão importante — pretende trabalhar no Congresso, já em dezembro, pela mudança do sistema de governo, do presidencialismo para o parlamentarismo. Ulysses até a véspera da eleição era visceralmente presidencialista.

E mais: sinalizou ao deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT, sua inclinação para apoiar o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, caso ele passe ao segundo turno, superando Leonel Brizola, do PDT — conforme apurou a repórter Eliane Sobral.

Mas a eleição já provou que o PMDB e seu comandante controlam a "máquina" do partido. E os governadores, que dispõem de amplas estruturas administrativas nos Estados, tendem a tomar rumos muito diferentes.

Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Moreira Franco, do Rio, já lhe comunicaram que tudo farão para não apoiar Brizola, caso este passe ao segundo turno. E se lhes for impossível, na hipótese de uma polarização ideológica muito clara diante do eleitorado, tendem a agir de forma extremamente discreta.

O candidato a vice na chapa de Ulysses, o ex-governador baiano Waldir Pires, está indeciso entre Lula e Brizola. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, que pôs a "máquina" administrativa do seu Estado para trabalhar em conjunto com o clero progressista do Nordeste a favor de Lula, informou a Ulysses que apoiará, mesmo a contragosto, o candidato Brizola, caso seja ele o eleito na segunda vaga, contra Collor.

Já Orestes Quércia, governador de São Paulo, onde se concentra o maior contingente de eleitores (21% do total), preocupa-se com a eventual vitória de Lula sobre Brizola. Ele teria, pela frente, um poderoso adversário dentro de seu próprio reduto eleitoral.

Seus aliados começaram a pensar na possibilidade de um embate entre Collor e Lula. Muitos acham que Quércia agirá com a mesma discrição do primeiro turno, quando apoiou Ulysses publicamente, mas, na realidade, pôs sua "máquina" para trabalhar por Brizola às vésperas do pleito.

Todos os governadores do PMDB, no entanto, estão em situação aparentemente muito melhor que o grupo autodenominado de "moderados" do partido, comandado principalmente por ministros do governo José Sarney. Estes estão sendo rejeitados, por antecipação, em todos os lados. Pretendem reunir-se hoje, em Brasília, para decidir o que farão. Suas alternativas são quase inexistentes.